



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 - UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

**NÍVEL E
ARQUITETO E URBANISTA**

22 de maio de 2016

Nome: _____ **Nº de Inscrição:** _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 45 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 25 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 8 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 10 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14:30 horas e término às 18:30 horas**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 11 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 45.

LÍNGUA PORTUGUESA

Chico Buarque e a era da grosseria online

Os xingamentos ao cantor mostram que há uma migração para o mundo físico de um comportamento péssimo das redes sociais

01 Você deve ter visto o vídeo do cantor Chico Buarque sendo xingado por um grupo de
02 jovens aparentemente alcoolizados. Um bate-boca típico de bar. O fato ocorreu na última
03 segunda-feira (21), na saída de um restaurante no Leblon, na cidade do Rio de Janeiro. O vídeo
04 publicado no *Glamurama* mostra o grupo de jovens em volta do cantor questionando o fato de ele
05 defender publicamente o Partido dos Trabalhadores. [...]

06 Não houve agressão física. Só sobrou grosseria – uma tendência comportamental que
07 marcou o ano de 2015 no Brasil. Em agosto, falamos em reportagem da ÉPOCA sobre o
08 fenômeno que chamamos de "A era da grosseria online". Em algum momento, passamos a achar
09 razoável tratar quem pensa diferente com xingamentos e pontapés virtuais. Em algum momento,
10 passamos a achar bacana pegar o comentário de alguém, colocar numa comunidade com ideias
11 contrárias e participar de sessões de linchamento virtual. Com o aval e o apoio de quem pensa
12 como nós – já que o Facebook nos induz a ler apenas o conteúdo com o qual concordamos – nos
13 tornamos visigodos da era digital em busca de um povo inimigo para exterminar.

14 O problema – e o caso de Chico é só mais um entre tantos, nos diferentes espectros
15 políticos – é que esse comportamento vem gradativamente migrando para o mundo físico.
16 Pessoas estão se sentindo à vontade para abordar quem pensa diferente na rua e disparar
17 agressões físicas e verbais. Não se trata de liberdade de expressão ou de politicamente correto.
18 Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo. Apenas monólogos de quem foi
19 munido por um arsenal de informações recebidas das redes sociais e de sites obscuros e não
20 suporta ser confrontado com uma opinião diferente.

21 [...]

22 Vivemos a era da grosseria e da intolerância e sobretudo a era da ignorância.
23 Compartilhamos textos apenas lendo o título e vendo foto. Compartilhamos textos claramente
24 mentirosos. Compartilhamos matérias de sites de humor, como o *Sensacionalista*, acreditando
25 serem reais. Depois colocamos a culpa no Brasil. "Ah, mas aqui ocorre tanto absurdo que eu achei
26 que fosse verdade". Achou mesmo ou de repente cegou-se diante da facilidade em espriar seu
27 ódio e sua insatisfação?

28 É curioso que estejamos nos tornando mais ignorantes numa era em que quase toda a
29 informação pode ser checada com dois cliques do mouse ou a dois toques na tela do
30 celular. Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro.

31 [...]

32 Não podemos achar normal que esse comportamento extremo das redes sociais migre
33 para o mundo físico. São locais de naturezas distintas e, portanto, de reações com proporções e
34 consequências diferentes. [...]

35 As redes sociais são uma poderosa ferramenta para obter conhecimento, estreitar laços,
36 conhecer gente nova, namorar, se entreter. Mas também se mostraram um habitat perfeito para a
37 ignorância, a intolerância e a truculência. Não é difícil escolher quais dessas características
38 deveríamos trazer para o mundo real e quais deveriam permanecer nos guetos virtuais.

BRUNO FERRARI 23/12/2015

Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2015/12/chico-buarque-e-era-da-grosseria-online.html>.

Acessado em 9/02/2016.

1 Em **Chico Buarque e a era da grosseria online**, Bruno Ferrari critica as pessoas que

- (A) agridem celebridades em redes sociais.
- (B) se excedem no consumo de álcool.
- (C) costumam ser agressivas.
- (D) não respeitam a opinião alheia.
- (E) se comportam de maneira antiética.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 2 No segundo parágrafo do texto, o autor optou pelo emprego da primeira pessoa do plural porque
- (A) concorda com a reportagem de Época.
 - (B) compartilha da opinião dos agressores.
 - (C) considera a “grosseria online” muito comum.
 - (D) se considera uma pessoa grosseira.
 - (E) pensa como a maioria dos internautas.
- 3 Em “Com o aval e o apoio de quem pensa como nós – já que o Facebook nos induz a ler apenas o conteúdo com o qual concordamos – nos tornamos visigodos da era digital em busca de um povo inimigo para exterminar” (11 a 13), a palavra *visigodos* foi empregada como sinônimo de
- (A) bárbaros.
 - (B) estrangeiros.
 - (C) desbravadores.
 - (D) invasores.
 - (E) dominadores.
- 4 Do trecho “Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo. Apenas monólogos de quem foi munido por um arsenal de informações recebidas das redes sociais e de sites obscuros e não suporta ser confrontado com uma opinião diferente” (18 a 20), depreende-se que os autores dos “monólogos”
- (A) ignoram o fato de que existem *sites* e redes sociais que veiculam mentiras na internet.
 - (B) não costumam se certificar da legitimidade das fontes das informações que veiculam.
 - (C) tendem a divulgar informações falsas, mesmo que tenham consciência do que fazem.
 - (D) não admitem a possibilidade de estarem divulgando informações e fatos falsos.
 - (E) não se sentem responsáveis pela veracidade das informações que divulgam.
- 5 Em “Vivemos a era da grosseria e da intolerância e sobretudo a era da ignorância” (22), o autor poderia ter empregado a vírgula antes e depois da palavra *sobretudo* com o objetivo de
- (A) marcar duas pausas que ocorrem na expressão oral.
 - (B) separar duas orações que estão contidas no enunciado.
 - (C) atribuir ênfase ao advérbio que modifica o enunciado.
 - (D) evitar ambiguidade na compreensão do enunciado.
 - (E) deixar claro ao leitor o sentido do enunciado.
- 6 Em “Ah, mas aqui ocorre tanto absurdo que eu achei que fosse verdade” (25 a 26), o emprego das aspas se deve
- (A) à ironia que caracteriza o enunciado.
 - (B) ao emprego do discurso direto.
 - (C) ao sentido especial dado ao enunciado.
 - (D) à introdução de uma citação.
 - (E) à ênfase que se quis dar à ideia expressa.
- 7 No segundo enunciado do trecho “É curioso que estejamos nos tornando mais ignorantes numa era em que quase toda a informação pode ser checada com dois cliques do mouse ou a dois toques na tela do celular. Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro.” (28 a 30), o autor sugere que
- (A) os usuários de aparelhos de telefonia celular são preguiçosos.
 - (B) os computadores são mais lentos do que os telefones.
 - (C) a interação via telefone celular é mais rápida.
 - (D) é mais difícil navegar usando telefones celulares.
 - (E) a maioria da população não sabe utilizar o celular.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 8 Para ligar os períodos “Não podemos achar normal que esse comportamento extremo das redes sociais migre para o mundo físico.” (32 a 33) e “São locais de naturezas distintas e, portanto, de reações com proporções e consequências diferentes.” (33 a 34), mantendo a relação entre as ideias que expressam, o autor poderia empregar a conjunção
- (A) pois.
(B) mas.
(C) e.
(D) senão.
(E) contudo.
- 9 No trecho “Não é difícil escolher quais dessas características deveríamos trazer para o mundo real e quais deveriam permanecer nos guetos virtuais.” (37 a 38), a expressão *gueto virtual* se refere a
- (A) uma minoria de internautas que divulgam informações de forma irresponsável.
(B) *sítes* que congregam pessoas que compartilham opiniões sobre determinados temas.
(C) espaços virtuais em que se refugiam pessoas que se consideram vítimas de mentiras.
(D) grupos que pregam a intolerância e disseminam ideias preconceituosas na internet.
(E) redes sociais que se propõem a promover a discussão a respeito de assuntos polêmicos.
- 10 O autor **não** empregou linguagem coloquial em
- (A) “Um bate-boca típico de bar” (02).
(B) “Só sobrou grosseria – uma tendência comportamental que marcou o ano de 2015 no Brasil” (06 a 07).
(C) “Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo” (18).
(D) “Compartilhamos textos apenas lendo o título e vendo foto” (23).
(E) “Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro” (30).

LEGISLAÇÃO

- 11 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a vacância do cargo público decorrerá de
- (A) ascensão e transferência.
(B) exoneração, demissão, promoção, readaptação, aposentadoria, posse em outro cargo acumulável e falecimento.
(C) transferência, ascensão e redistribuição.
(D) remoção, redistribuição, ascensão e transferência.
(E) somente aposentadoria, falecimento e demissão.
- 12 Contemplam a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de natureza especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade. O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de natureza especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular
- (A) superiores a 30 (trinta) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.
(B) superiores a 5 (cinco) e, no máximo, de 10 (dez) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.
(C) superiores a 10 (dez) e, no máximo, de 15 (quinze) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.
(D) superiores a 15 (quinze) e, no máximo, de 20 (vinte) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.
(E) superiores a 20 (vinte) e, no máximo, de 25 (vinte e cinco) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 13 Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, conforme preceitua a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, observados os preceitos indicados no item:
- (A) somente a manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidades.
 - (B) somente o interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades.
 - (C) somente a equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional.
 - (D) interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
 - (E) somente o interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
- 14 Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede, conforme está previsto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Entende-se por modalidades de remoção
- (A) somente de ofício, no interesse da Administração; a pedido, a critério da Administração; a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (B) somente de ofício, no interesse da Administração e a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial.
 - (C) somente a pedido, a critério da Administração; a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (D) somente a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (E) somente de ofício, no interesse da Administração e a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 15 Conceder-se-á ao servidor licença, conforme determinam a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, nas seguintes situações:
- (A) por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política e para capacitação, exclusivamente.
 - (B) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares, unicamente.
 - (C) por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista.
 - (D) para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista, somente.
 - (E) prêmio por assiduidade; por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista, unicamente.
- 16 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado, conforme preceitua a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações. São penalidades disciplinares:
- (A) advertência; suspensão; demissão; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
 - (B) advertência; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
 - (C) suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
 - (D) advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade, exclusivamente.
 - (E) advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada.
- 17 Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, conforme contempla o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que cria o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, combinado com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações. À Comissão de Ética incumbe
- (A) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, e não permitir a concessão de diárias e passagens para tratar de quaisquer assuntos do órgão em que serve.
 - (B) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.
 - (C) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, impossibilitando assumir cargos ou funções de confiança.
 - (D) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, proibido de receber promoção e posse em outro cargo inacumulável, quando for o caso.
 - (E) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, e não permitir a concessão da aposentadoria.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 18 Estabelece o Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. O dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, objetivando estabelecer a matriz de alocação de cargos e definir os critérios de distribuição de vagas, dar-se-á mediante
- (A) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências e III - a análise dos processos e condições de trabalho, somente.
 - (B) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
 - (C) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise dos processos e condições de trabalho e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
 - (D) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências; III - a análise dos processos e condições de trabalho e IV - as condições tecnológicas da IFE.
 - (E) I - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências; II - a análise dos processos e condições de trabalho e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
- 19 Institui o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. São instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
- (A) I - plano semestral de capacitação; II - relatório de execução do plano semestral de capacitação e III - sistema de gestão financeira.
 - (B) I - plano bimestral de capacitação; II - relatório de execução do plano bimestral de capacitação e III - sistema de gestão de informação.
 - (C) I - plano anual de capacitação; II - relatório de execução do plano anual de capacitação e III - sistema de gestão por competência.
 - (D) I - plano trimestral de capacitação e II - relatório de execução do plano trimestral de capacitação.
 - (E) I - plano quadrimestral de capacitação e II - relatório de execução do plano quadrimestral de capacitação.
- 20 Estabelece o Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005, o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA – e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. O Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem o objetivo de formular o planejamento das ações do GESPÚBLICA, bem como coordenar e avaliar a execução dessas ações. O Comitê Gestor terá a seguinte composição:
- (A) I - um representante do Ministério da Educação, que o coordenará; II - um representante da Presidência do Senado Federal e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas sem notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro da Educação.
 - (B) I - um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que o coordenará; II - um representante da Câmara e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação.
 - (C) I - um representante do Ministério da Cultura, que o coordenará; II - um representante da Casa Civil do Governo do Estado e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro da Cultura.
 - (D) I - um representante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que o coordenará; II - um representante do Ministério da Educação e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas sem notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.
 - (E) I - um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que o coordenará; II - um representante da Casa Civil da Presidência da República e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 No Urbanismo e em sua interação com a dimensão arquitetônica do ambiente construído, a morfologia dos objetos projetados e construídos (edificações, vias, quadras e outros) é uma variável e enseja questões científicas e técnicas aplicadas. A forma dos objetos das primitivas urbanísticas (via, quadra, lote) não determina nenhuma prática social ou arranjo socioeconômico, mas pode operar como um ativo não-monetário ou financeiro e como um atenuante de desigualdades sociais.
O *campus* da UFRA é o terreno de grandes dimensões a Norte na imagem.



Figura 1 Mapa urbanístico (via, quadras, lotes) de Belém, bairros da Terra Firme (Sul; Oeste; Norte), Curió-Utinga (Nordeste) e bairro Universitário (Oeste, Sul), com campus da UFRA ao Norte.

Fonte: BELÉM, Prefeitura Municipal. Cadastro técnico multifinalitário. Belém: Prefeitura Municipal, 2003. CD-ROM.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

Pensando na forma em planta, ilustrada pela cartografia, que mostra o *campus* da UFRA e parte de seu entorno imediato (bairros Universitário, do Curió-Utinga e Terra Firme), marque a alternativa correta.

- (A) Podemos dizer que o campus da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) encontra-se circundado por ocupações precárias; tais ocupações são resolvidas com amplos programas de remoção e remanejamento sistemático de populações e produção de unidades habitacionais padronizadas em locais de menor custo da terra.
- (B) A morfologia de quadra a Sul da imagem apresenta-se com dimensões inadequadas, excessivamente alongadas ou de contornos viários tortuosos, fazendo-se necessária intervenção de retificação de traçado, alargamento geral de caixas de via e parcelamento de quadra, de modo a tornar as faces de quadra mais curtas.
- (C) A variação de dimensões e proporções de quadras no parcelamento de entorno da UFRA cria um sistema viário de baixa acessibilidade; o ideal seria um parcelamento de quadras de proporções quadradas, com caixas de via mais largas, ao mesmo tempo, de baixo custo de infraestrutura e fácil acesso viário e de pedestres aos logradouros.
- (D) A ocupação esparsa de espaços universitários precisa ser planejada e projetada de modo a tirar partido do sistema viário do entorno, sobretudo de seus corredores de tráfego, preferencialmente com diferentes acessos; do mesmo modo, deve-se propor a intensificação da capilaridade da malha viária interna aos *campi* universitários.
- (E) A localização dos *campi* universitários, como os da UFRA e UFPA, na periferia de Belém, atesta o erro de implantação desses equipamentos, pensados para uma cidade que teria a expansão de seu centro em direção a essa zona da cidade, o que não ocorreu; seria apropriado retomar a ideia de espaços em bairros centrais.

22 A legislação urbanística tem diversas frentes de trabalho e de intervenção técnica e política sobre o território urbanizado, controlando densidades demográficas, construtivas ou influenciando no tratamento da forma da cidade. Tomando por base os índices urbanísticos usuais no Brasil, marque a alternativa correta.

- (A) A taxa de ocupação é a razão entre a área construída total da edificação e a área de sua parcela correspondente, usualmente, o lote.
- (B) O coeficiente de aproveitamento difere do índice de aproveitamento por considerar, inclusive, sacadas, balcões e coberturas na área construída.
- (C) As taxas de permeabilidade de terreno exigidas são, usualmente, máximas, por necessidade de controle da saturação de umidade e infiltração no solo.
- (D) Recuos e afastamentos são, respectivamente, os deslocamentos laterais e frontais ou posteriores da edificação em relação aos limites do lote.
- (E) A seção de ocupação transversal é máxima e incide sobre a largura média do lote e o percentual ocupado pela edificação em sua seção transversal.

23 A definição de elementos de projeto de sistema viário, no Urbanismo, atende a critérios funcionais, ergonômicos, infraestruturais, estéticos, topológicos e outros, conforme a natureza do projeto. Considerando os elementos de sistema viário, é correto afirmar, para o pré-dimensionamento contextualizado para o Brasil, que

- (A) segundo normas institucionais vigentes, as vias coletoras seriam aquelas com seção que comporte a partir de 6 faixas de rolamento em seu leito carroçável, além de, recomendavelmente, 2 faixas de estacionamento e canteiro central.
- (B) as faixas de rolamento e estacionamento têm dimensionamento equivalente, por sua função versátil e eventualmente sobreposta; assim, a largura de 3,00 m a 3,25 m é apropriada para as duas atividades, de circulação e estacionamento.
- (C) o pré-dimensionamento de passeio é função da largura total da caixa de via e do número de faixas de rolamento; assim, o passeio mínimo deve ter 1,50 m, comportando três unidades de passagem para pedestres em largura.
- (D) faixas de rolamento possuem, usualmente, 3,00 m, ou 3,25 m a 3,50 m, para tráfego de veículos de grande porte; passeio mínimo em torno de 1,20 m; obrigatoriedade de mínimo de duas faixas de rolamento para circulação.
- (E) quando da aplicação de faixa de rolamento de 3,75 m, para veículos de grande porte e dimensões acentuadas, deve-se praticar raio de entroncamento de vias, em canto de quadra, de 30 m, dimensões mínimas viáveis para manobras.

- 24 O projeto de sistema viário e bolsões de estacionamento obedece a algumas técnicas de dimensionamento e adequação ao uso do automóvel. Observando o trecho de via em planta baixa, veiculado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, é correto afirmar que

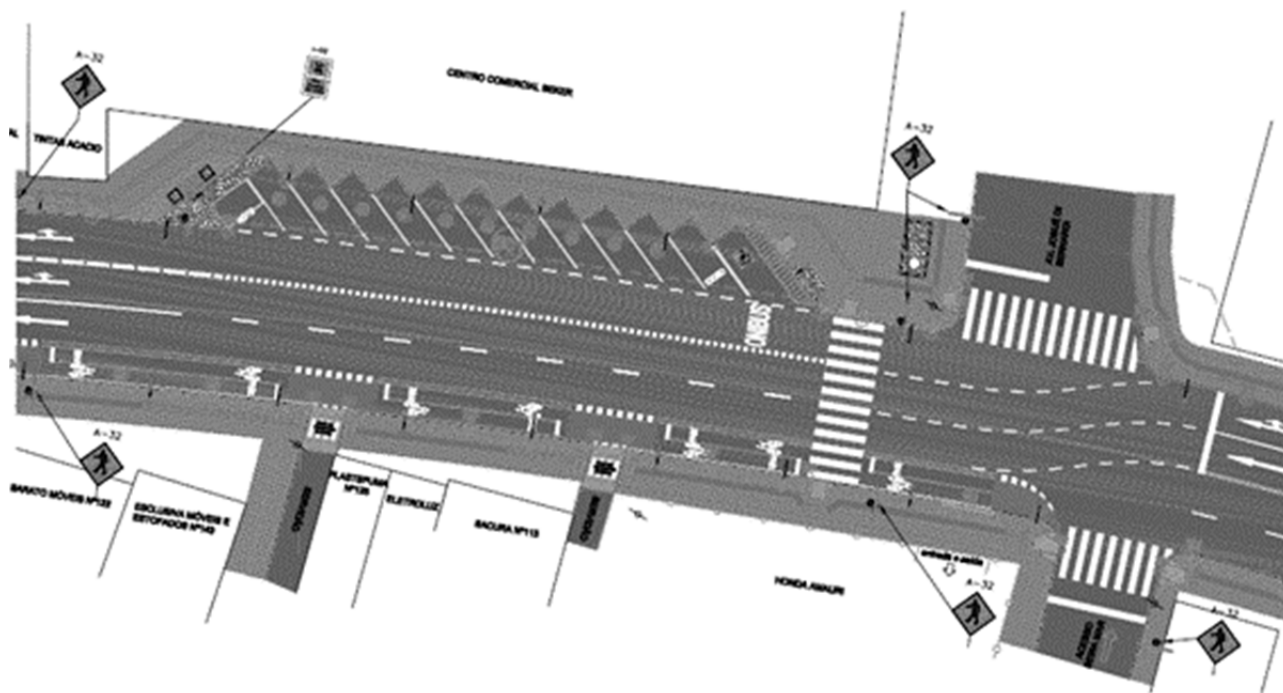


Figura 2 Trecho em planta do projeto urbanístico da Avenida Presidente Kennedy, na Região Metropolitana de Florianópolis-SC.

Fonte: <<http://www.aemflocdl.com.br/noticias/detalhe/4539>>.

- (A) a faixa de ônibus não é do tipo segregada, criando conflitos com os modais que circulam nas faixas vizinhas.
(B) o estacionamento a 45°, como nas vagas ilustradas, implica maior esforço para manobra e parada do veículo.
(C) a descontinuidade do alinhamento viário das vias transversais à via principal tende a criar retenção de tráfego.
(D) as vagas de estacionamento a 45° criam retenção de tráfego pela necessidade incontornável da manobra em ré.
(E) o desenho viário das faixas de rolamento mantém a segregação estrita entre faixas lentas e rápidas, por modal.
- 25 Belém possui um *Manual de Arborização Urbana*, editado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Belém (SEMMA-PMB). Com base neste manual e a respeito do plantio de espécies arbóreas de grande porte como a Mangueira (*Mangifera indica*), é correto afirmar que
- (A) deve ser feito plantio em passeio com área permeável mínima de 1 m².
(B) o passeio em que se fará o plantio deve ter ao menos 5 m de largura.
(C) não se adequa a plantio em passeio, mas em canteiros amplos de praça.
(D) é considerado inadequado como arborização urbana por possuir frutos.
(E) é inadequado como arborização urbana por obstruir rede de drenagem.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 26 Observe e analise a imagem a seguir, do parcelamento do bairro de Batista Campos, em Belém. Pensando em elementos de pré-dimensionamento e projeto de sistema viário, marque a alternativa correta.



Figura 3 Trecho do parcelamento (via, quadra, lote) do bairro de Batista Campos, em Belém.

Fonte: CODEM-PMB (Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém). Cadastro técnico multifinalitário. Belém: Prefeitura Municipal, 2003. CD-ROM.

- (A) Para pré-dimensionar passeio é necessário pensar em módulos de 0,70 m, uma unidade de passagem (UP) para fluxos de uma pessoa.
- (B) Raios de entroncamento para vias desta caixa não devem ser inferiores a 6 m, tendo maior flexibilidade se situados entre 9 m e 12 m.
- (C) As faixas de rolamento de 2,25 m se configuram com dimensões mínimas, individualmente, para fluxo de veículos de passeio.
- (D) O sistema viário de Batista Campos e demais bairros centrais deveria ter aproximadamente o dobro das atuais caixas de via.
- (E) As faixas de estacionamento em bairros dessa morfologia e adensamento notável devem ser duplicadas de modo a atender ao tráfego.
- 27 Considerando a aplicação de espécies arbóreas para a arborização urbana e o porte médio de espécies, nas classificações técnicas usuais (pequeno, médio, grande porte), é correto afirmar que
- (A) entre espécies de grande porte recomenda-se, em média, espaçamento de 10 m para evitar interferência entre copas e raízes.
- (B) não é recomendável, na arborização de passeio, mescla de espécies de pequeno e grande porte, por dominância ecológica.
- (C) relações de dominância ecológica entre espécies de diferentes portes induzem a maior biodiversidade no ambiente urbano.
- (D) processos de ecogênese ocorrem na interação entre espécies nativas em arbustivas e arbóreas, com melhoria genética.
- (E) não havendo simetria entre copa e sistema radicular, a distância entre caules de espécies de médio porte em passeio é de 5 m.
- 28 Técnicas usuais de plantio de espécies arbóreas para implantação em paisagismo urbano preservam as espécies e sua duração no ambiente da cidade. Com base nessas técnicas, marque a alternativa correta.
- (A) Canteiros para plantio em série devem possuir área mínima de 1,50 m².
- (B) Profundidade mínima das covas é de 0,40 m para espécie de médio porte.
- (C) Gola de plantio com área mínima de 0,80 m x 0,80 m; 3 ou 4 vezes o diâmetro do tronco.
- (D) Sistemas radiculares pivotantes não são adequados à arborização de passeio, e sim os superficiais.
- (E) Canteiros para plantio em passeio com área de 2,0 m² e profundidade de 1,0 m mínimos, circulares.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 29 Sobre a locação de elementos estruturais em edificações de pequeno e médio porte, é correto afirmar que
- (A) vãos entre pilares devem variar na faixa de 50% entre módulos, para contrabalançar esforços.
 - (B) vãos entre vigas devem nivelar a espessura de lajes em concreto armado, recomendando-se ferragem negativa.
 - (C) com espessuras de laje diferentes em decorrência de diferentes vãos entre vigas, adota-se economicamente a maior espessura.
 - (D) sempre devem ser usados pilares terminais na estrutura, sobretudo com grande diferença de vãos, para função de apoio do pilar terminal.
 - (E) vãos uniformes tendem a criar estruturas de maior estabilidade e regularidade nas dimensões de elementos estruturais, com maior economia.

- 30 Em relação à importância do programa arquitetônico e sua relação com a construção, os autores defendem que “o programa arquitetônico é fundamental para a qualidade do processo de projeto e construção, e não se restringe a uma lista de ambientes e dimensões. É uma fase do processo de construção do edifício que transforma informações e dados sobre a edificação em exigências claras que o projeto deve cumprir. Assim, espera-se da fase seguinte e de seus atores um comprometimento em relação às orientações definidas, da mesma forma que a construção deve se comprometer com o projeto do edifício.”

(MOREIRA, D. e KOWALTOWSKI, D. O Programa Arquitetônico. In: KOWALTOWSKI, D; MOREIRA, D.; PETRECHE, J.; FABRÍCIO, M. **O Processo de Projeto em Arquitetura da teoria à tecnologia**. São Paulo, Oficina do Papel. p. 2011. P. 107.).

Com base na citação, marque a alternativa correta.

- (A) A qualidade do processo de projeto está associada à identificação de áreas mínimas e do mobiliário a ser utilizado nos diversos ambientes da edificação em detrimento da tecnologia a ser empregada.
- (B) Dentre as exigências a serem cumpridas pelo projeto está uma estreita relação entre o dimensionamento de ambientes e a especificação de materiais, sistemas estruturais e processos construtivos.
- (C) Os aspectos voltados ao crescimento, a mudanças e permanências no ciclo de vida dos usuários concorrem como aspectos temporais e dinâmicos para o programa arquitetônico.
- (D) Ao associar o programa arquitetônico à construção da edificação, há a necessidade de associar o custo da obra aos aspectos estéticos em atendimento a condicionantes históricos e institucionais.
- (E) Listas de ambientes são desnecessárias em face da crescente complexidade das exigências legais a serem seguidas em edificações públicas, tais como equipamentos educacionais e hospitalares.

- 31 Crescentemente, a coordenação de projeto adquire importância para as várias etapas de definição do projeto arquitetônico e até mesmo da construção. Em outras palavras: “A coordenação de projeto nasceu da carência no encaminhamento de demandas de obra à fase de concepção, e da necessidade de apoiar a racionalização construtiva e o melhor uso da tecnologia e dos recursos. É importante entender essa gênese para que a função da coordenação não se perca com dissociação entre incorporação e construção. Esse profissional tem que dominar a cultura construtiva da empresa, participando desde a concepção até a obra.”

(Revista Techne. N. 135. São Paulo: Pini, 2016.

Disponível em: <http://techne.pini.com.br/engenharia-civil/135/artigo286516-1.aspx>).

Com base na citação, é correto afirmar que

- (A) o conhecimento técnico é capaz de compensar, no projeto arquitetônico, possíveis deficiências de projetos complementares.
- (B) a capacidade de aglutinação de equipes de projetistas em torno de um planejamento integrado é uma das fases de desenvolvimento de projeto e de controle de canteiro de obras.
- (C) a habilidade gerencial pode controlar desperdícios na fase de elaboração de cadernos, de encargos e na observância da legislação trabalhista acerca da contratação de profissionais.
- (D) o domínio de programas computacionais associa especificações com produção gráfica para que os projetos arquitetônicos, após avaliação, sejam passados para outros profissionais responsáveis isoladamente pela avaliação de projetos complementares.
- (E) os conhecimentos específicos de cálculo estrutural promovem a complementariedade entre o programa arquitetônico e exigências ambientais em função da localização do terreno.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

32 Leia a transcrição a seguir, sobre composição e forma.

“Proporção é a igualdade das razões entre dois pares de quantidades, enquanto razão é a relação entre duas quantidades. Logo, relações proporcionais tratam de elementos arquitetônicos organizados matematicamente, entre si e com relação com toda a composição.”

REIS, Antônio. **Repertório, análise e síntese**: uma introdução ao projeto arquitetônico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 80.

Considerando a distinção feita pelo autor nas definições de proporção e razão em face de suas aplicações em composições arquitetônicas, o desenvolvimento de partidos arquitetônicos deve, necessariamente

- (A) prever uma relação matemática entre os volumes das edificações e a quantidade de áreas livres entre blocos simétricos.
- (B) eleger proporção ou razão para que a composição seja matematicamente organizada em torno de simetria e ritmo.
- (C) alcançar proporção por meio de composição que mantenha uma relação entre o todo e dois pares de elementos, por exemplo, de vãos e paredes cegas.
- (D) ter dois pares de quantidades para que o projeto tenha uma relação de proporção entre os seus volumes e suas aberturas.
- (E) identificar elementos compositivos, verticais ou horizontais, a serem quantificados em um repertório de formas para que possam ser associados entre si e com a composição como um todo.

33 Sobre o setor de patrimônio cultural no Brasil veja a transcrição a seguir.

Artigo 18 – Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

(BRASIL. Decreto Lei 25 de 1937.

Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_25_de_30_11_1937.pdf).

O Artigo 18º do Decreto Lei 25, de 1937, constitui-se o principal instrumento para a política de patrimônio na esfera federal. Além da inscrição nos livros de Tombo e de ações que garantam a preservação de bens considerados de valor histórico, o artigo

- (A) substitui ao tratar da vizinhança de bens tombados, a ação municipal prevista em códigos de postura no que se refere à regulamentação de propaganda nos espaços públicos.
- (B) prevê estudos de entorno para bens tombados visando a garantir a visibilidade de seus elementos arquitetônicos em situação de risco.
- (C) depende de um conjunto de fatores para sua aplicação, tais como levantamento e cadastro de bens, fiscalização e ações educacionais.
- (D) restringe ao Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a responsabilidade de garantir a visibilidade da coisa tombada.
- (E) torna-se inaplicável devido à falta de regulamentação do que se constitui a vizinhança da coisa tombada, tanto de bens móveis como imóveis.

34 A Carta de Veneza, ao tratar da Restauração, diz o seguinte:

“Art. 9º A Restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável, por razões estéticas ou técnicas, destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.”

(CURY, I. **Cartas Patrimoniais**. CARTA DE VENEZA. Rio De Janeiro, Edições do Patrimônio. 2004. p. 93.).

A Carta, ao rejeitar ações baseadas em hipóteses e conjecturas, indica

- (A) a necessidade de reunir documentos materiais e de outras naturezas, inclusive relatos orais, para preceder à restauração.
- (B) a composição arquitetônica como nociva aos valores estéticos e históricos do monumento a ser restaurado.
- (C) a excepcionalidade da restauração em função da escassez de documentos capazes de identificar técnicas originais utilizadas em monumentos.
- (D) a necessidade de restauração em monumentos que tenham perdido todos os documentos capazes de elucidar as técnicas construtivas utilizadas.
- (E) o estudo arqueológico e histórico como substituto da composição arquitetônica, por trazerem as informações necessárias para a restauração de monumentos.

35 A distinção entre projeto básico e projeto executivo deve-se, fundamentalmente, a questões de origem legal e, em menor extensão, ao processo de projeto. Já estudos preliminares e anteprojetos são fundamentalmente etapas necessárias para o desenvolvimento de qualquer projeto de arquitetura. Quanto à caracterização de etapas de projeto e suas consequências para a consecução final do projeto é correto afirmar que

- (A) a identificação de problemas de projeto, tais como o conhecimento da faixa etária de usuários, frequência de uso, manutenção de instalações e revestimentos restringem-se à etapa do programa de necessidades.
- (B) a definição de um partido em planta baixa exige estudos de insolação e proteção de fachadas, pois a não observância dos mesmos compromete a vida útil da edificação.
- (C) o pré-dimensionamento do projeto, ao ser acompanhado por pesquisa sobre a natureza das atividades em cada ambiente, permite soluções de fluxo e hierarquia de ambientes em planta baixa.
- (D) o partido e a localização do terreno são definidores do desenho da cobertura e da solução estrutural em edificações cujos programas exigem múltiplos usuários.
- (E) o desenho de plantas baixas constitui etapa do processo de concepção do partido arquitetônico uma vez que trazem as dimensões dos envoltórios e da massa construída para o orçamento da obra.

36 A Lei de Licitações (Lei n.º 8.666, de 21/06/1993), ao estabelecer que o projeto básico deve conter “conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação”, define a inclusão dos seguintes elementos.

- a) desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem.

A adoção dos elementos acima citados.

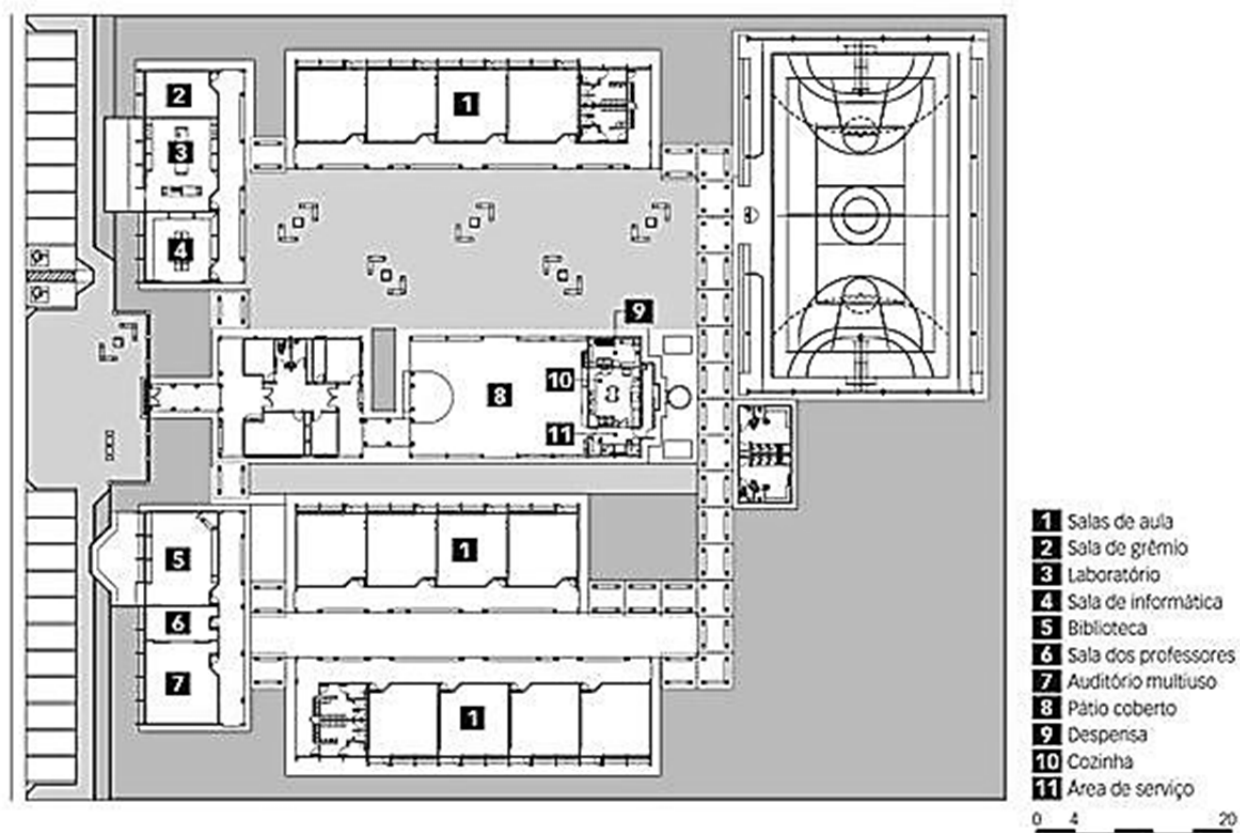
- (A) torna o desenvolvimento do projeto executivo das obras contratadas pelo poder público em etapa precedente à licitação.
- (B) garante igualdade de condições para os licitantes das obras públicas em função da identificação de todos os elementos constitutivos da obra.
- (C) associa ao projeto executivo as reformulações necessárias em projetos executivos à realização de obras e montagens.
- (D) distingue soluções técnicas localizadas de soluções técnicas globais para compor cadernos de encargos com a identificação de fornecedores.
- (E) reduz os custos de projetos executivos visando a atender ao princípio de economicidade em licitações de obras públicas.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 37 No que diz respeito ao conteúdo sobre acessos e circulação presente nas normas técnicas de acessibilidade da NBR 9050, é verdadeiro afirmar que
- (A) no caso de rampas acessíveis, deverão ser definidos os limites máximos de inclinação, os desníveis a serem vencidos e o número máximo de segmentos, de modo que, no caso de desníveis máximos de 1,50 m de cada segmento da rampa, a inclinação admissível em cada segmento seja de 3%.
 - (B) no caso de rampas e escadas, os corrimãos deverão ser instalados em pelo menos um dos lados, a 0,92 m e a 0,70 m do piso, medidos da face superior até o ponto central do piso do degrau (no caso de escadas) ou do patamar (no caso de rampas).
 - (C) no caso de circulação interna de edificações e equipamentos urbanos, os corredores devem ser dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas, assegurando uma faixa livre de barreiras ou obstáculos, apresentando larguras mínimas para corredores em edificações e equipamentos urbanos que variam entre 0,60 m e 2,00 m.
 - (D) no caso da impossibilidade de adaptação de todas as entradas de edificações e equipamentos urbanos existentes, deve ser adaptado o maior número de acessos possíveis, resguardando uma distância de no máximo 50 m entre eles, sendo que a entrada principal deve atender a todas as condições de acessibilidade.
 - (E) no caso de utilização de elevador vertical ou inclinado como forma de acesso, deve haver sinalização tátil e visual, externa e internamente, informando, pelo menos, a instrução de uso, fixada próximo à botoeira, e ter dispositivo de chamada dentro do alcance manual.
- 38 As calçadas proporcionam não apenas o trânsito exclusivo de pedestres, mas também o acesso às edificações e, de forma integrada, ao mobiliário e a demais equipamentos urbanos dos espaços públicos. Com relação às normas técnicas de acessibilidade a espaços e equipamentos urbanos é correto afirmar que
- (A) em calçadas estreitas, onde a largura do passeio não for suficiente para acomodar o rebaixamento e a faixa livre com largura de no mínimo 1,20 m, deve ser implantada a redução do percurso da travessia ou a faixa elevada para travessia, ou, ainda, pode ser feito o rebaixamento total da largura da calçada, com largura mínima de 0,90 m e com rampas laterais com inclinação máxima de 3%.
 - (B) os rebaixamentos de calçadas devem ser construídos na direção do fluxo da travessia de pedestres e a largura máxima do rebaixamento é de 1,50 m, não podendo diminuir a faixa livre de circulação, de no mínimo 1,20 m, da calçada.
 - (C) não pode haver desnível entre o término do rebaixamento da calçada e o leito carroçável das vias. No caso de vias com inclinação transversal do leito carroçável superior a 5%, deve ser implantada uma faixa de acomodação de 0,30 m a 0,50 m de largura ao longo da aresta de encontro dos dois planos inclinados em toda a largura do rebaixamento.
 - (D) as obras eventualmente existentes sobre o passeio devem ser convenientemente sinalizadas e isoladas, assegurando-se a largura mínima de 0,60 m para circulação, garantindo-se as condições de acesso e segurança de pedestres e pessoas com mobilidade reduzida.
 - (E) para acessibilidade da travessia é recomendado o prolongamento da calçada, em ambos os lados ou não, sobre o leito carroçável. Esta configuração proporciona conforto e segurança e pode ser aplicada tanto para faixa elevada como para rebaixamento de calçada, próximo das esquinas ou no meio de quadra.
- 39 De acordo com as normas de acessibilidade universal em edificações e espaços urbanos, é correto afirmar que as diferentes formas de sinalização de informações essenciais devem
- (A) identificar claramente as utilidades disponíveis dos ambientes e ser fixadas antes da tomada de decisões, em arranjo livre de orientação, do ponto de partida ao ponto de chegada.
 - (B) indicar, pelo símbolo internacional de acesso, a acessibilidade aos serviços e identificar espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos, onde existem elementos acessíveis ou utilizáveis por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
 - (C) indicar direção de um percurso ou a distribuição de elementos de um espaço e de uma edificação. Na forma visual, associar setas indicativas de direção a textos, figuras ou símbolos. Na forma tátil, utilizar somente o piso tátil. Na forma sonora, utilizar recursos de áudio para explanação de direcionamentos e segurança, como em alarmes e rotas de fuga.
 - (D) utilizar materiais brilhantes e de alta reflexão nos textos e símbolos, bem como o fundo das peças de sinalização para aumentar o contraste e melhorar a legibilidade.
 - (E) utilizar, no caso de informação e sinalização permanente de emergência em edificações, espaços e equipamentos públicos, apenas recursos táteis e visuais.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
 EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 40 O Ministério da Educação, por meio do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), fornece, sistematicamente, como subsídio para Prefeituras Municipais e Governos Estaduais, exemplos de projetos arquitetônicos e complementares para a construção de escolas de diversos perfis em ambientes urbanos e rurais. É o caso do diagrama a seguir.



Esquema geral em planta baixa, modelo de escola com 12 salas de aula, quadra esportiva e laboratórios.

Fonte: Editora PINI, "FNDE subsidia municípios para a construção de escolas-modelo padrão". São Paulo: PINI, 22 jun. 2012.
 Disponível em: <<http://infraestruturaurbana.pini.com.br/solucoes-tecnicas/22/artigo275121-2.aspx>>.
 Acesso em: 10 mar. 2014.

Analisando o diagrama, observa-se

- (A) a Setorização de atividades de ensino, apoio e administração, segundo partido organizado em eixos perpendiculares entre si.
 (B) o acesso à quadra de esportes a partir das salas de aulas, que demanda circulação cruzada com o acesso ao recreio coberto e a áreas de serviço.
 (C) falta de simetria ao considerar os blocos contendo laboratório e biblioteca.
 (D) integração entre a sala de informática e a biblioteca por meio de acesso único, localizado na continuidade dos dois eixos estruturadores da planta baixa.
 (E) igualdade de condições de conforto ambiental e de proteção contra ruídos nos três conjuntos de salas de aula.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 4.1 Considerando o desenvolvimento de projetos de edificações e as condições de conforto ambiental em ambientes urbanos, marque a alternativa correta.
- (A) A locação do edifício no lote urbano deve ter disposição de modo a permitir que a ventilação atinja todos os demais edifícios lindeiros e possibilite a ventilação cruzada em seu interior.
 - (B) A proporção dos cânions urbanos, expressa pela relação entre a altura dos prédios *versus* a largura das ruas e sua orientação, determina a exposição de certo conjunto de edifícios à radiação solar, independente das sombras provocadas pelos prédios vizinhos.
 - (C) A disponibilidade de luz natural e a necessidade de dispositivos de controle solar em projetos de edifícios independe da energia luminosa resultante do entorno, por reflexão da energia solar provinda das superfícies que rodeiam o edifício a ser projetado.
 - (D) A vegetação urbana deve controlar a passagem dos ventos, impondo limitações quanto à altura mínima das copas, de modo a produzirem sombra, mas para que sirvam como anteparos à circulação excessivamente intensa do ar.
 - (E) Se a proporção entre o gabarito de uma região da cidade ou bairro e a largura das ruas for baixa, estas tendem a se transformar em corredores com dificuldade de dissipar o calor antropogênico e contribuem para a formação de ilhas de calor.
- 4.2 Avalie as afirmações sobre as estratégias de projeto arquitetônico utilizadas no campo do conforto ambiental:
- I Para minimizar a energia solar absorvida pelas paredes externas é possível utilizar isolantes térmicos nas superfícies mais expostas à radiação solar, *brise-soleils*, planos externos, paredes de cobogós, vegetação, toldos e marquise.
 - II As paredes que separam ambientes habitados de setores não-habitados e sem sol (garagens, porões, depósitos, etc.) podem ser feitas com materiais com baixa condutibilidade térmica para ajudar a dissipar o calor interno.
 - III No caso de haver uma fonte de ruído muito próxima do edifício a ser projetado, a fachada não deverá ter um número elevado de janelas, nem paredes pesadas e revestimentos porosos que absorvam o ruído.
 - IV A iluminação zenital produz uma distribuição mais uniforme do que a iluminação lateral (das janelas), porém as aberturas ou vãos devem ser protegidos para não permitir a entrada de radiação solar direta, sob pena de criar fortes contrastes.

Estão corretas as afirmações

- (A) I, II e III, somente.
 - (B) II e IV, somente.
 - (C) III e IV, somente.
 - (D) I, III e IV, somente.
 - (E) I, II, III e IV.
- 4.3 Na região Norte do Brasil, alguns atributos são recomendáveis para projetos de edificações no que se refere a conforto térmico, devido às suas características climáticas. Sobre a questão é correto afirmar que
- (A) devem ser previstas aberturas suficientemente grandes para permitir a ventilação nas horas do dia em que a temperatura externa está mais alta que a interna.
 - (B) devem ser protegidas as aberturas da radiação solar indireta, mas não fazer destas proteções obstáculos aos ventos.
 - (C) as construções não devem ter uma inércia muito grande, pois isto dificulta a retirada do calor interno armazenado durante a noite, prejudicando o resfriamento da construção quando a temperatura externa noturna está mais agradável que internamente.
 - (D) as coberturas devem ser de material com inércia média, mas com elementos isolantes, ou espaços de ar ventilados, os quais têm como característica retirar o calor que atravessa as telhas para que não penetre nos ambientes.
 - (E) deve ser prevista inércia de média a leve, porém com elementos isolantes nas vedações para impedir que a menor parte do calor da radiação solar recebida pelas vedações atravesse a construção e gere calor interno em demasia.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

4.4 Considerando-se as condições de ergonomia para a elaboração de projeto de mobiliário a ser utilizado em espaços de trabalho, avalie as afirmativas:

- I Para trabalho manual sentado ou que tenha de ser feito em pé, as bancadas, mesas, escrivaninhas e os painéis devem atender a requisitos mínimos, como ter altura e características da superfície de trabalho, independente do tipo de atividade, com a distância requerida dos olhos ao campo de trabalho e com a altura do assento.
- II Para as atividades em que os trabalhos sejam realizados de pé, devem ser colocados assentos para descanso em locais que possam ser utilizados por todos os trabalhadores durante as pausas.
- III Os assentos utilizados nos postos de trabalho devem atender a requisitos mínimos de conforto, como apresentar conformação na base do assento e borda frontal arredondada.
- IV Para as atividades em que os trabalhos sejam realizados com os trabalhadores sentados, a partir da análise ergonômica do trabalho, poderá ser exigido suporte para os pés, que se adapte ao comprimento da perna do trabalhador.

Estão corretas as afirmações:

- (A) I, II e III, somente.
- (B) II e IV, somente.
- (C) I, III e IV, somente.
- (D) II, III e IV, somente.
- (E) I, II, III e IV.

4.5 Para a elaboração de projetos de programação visual para edificações, alguns aspectos devem ser levados em consideração, para haver coerência com o projeto de arquitetura, compatibilizando objetivos, funções e formas de utilização dos espaços da edificação, a fim de assegurar contribuição efetiva para sua implantação e ambientação. Sobre esse assunto é correto afirmar que

- (A) o projeto de programação visual deve abordar, entre outros, os aspectos de orientação, hierarquização e regulação, inclusive viária, incluindo sinalização especial para deficientes físicos. O suporte do sistema poderá ser tanto horizontal, no piso, quanto vertical.
- (B) o projeto de programação visual deve garantir que as condições de leitura e visibilidade de textos e símbolos atendam às necessidades de pedestres e veículos, considerando as condições de iluminação natural para os elementos externos de sinalização de pedestres no caso de utilização noturna.
- (C) o projeto de programação visual deve fazer com que as condições de leitura e visibilidade das mensagens sejam garantidas, a despeito das características do projeto arquitetônico, facilitadas pelo correto posicionamento e dimensionamento de textos e símbolos, verificando também se a iluminação normal do edifício atende às necessidades dos elementos de sinalização.
- (D) o projeto de programação visual deve levar em consideração, na escolha de materiais a serem utilizados, capacidade de aproveitamento dos materiais em suas dimensões de fabricação, resistência dos materiais em função de sua exposição às intempéries, facilidade de conservação, manutenção e reposição em função dos materiais escolhidos e aspecto visual, independente do custo final.
- (E) é conveniente que tanto o projeto de programação visual como o material utilizado em seus elementos sejam flexíveis e estudados de modo a permitir modificações e ampliações em função de normas, mudanças de setores, remanejamentos de salas, ampliações e outros.